

O CAVALO AZUL DA LIBERDADE Desinstitucionalização da loucura e as novas relações entre saúde mental e cidade

*THE BLUE HORSE OF FREEDOM
Deinstitutionalization of madness and
the new relationships between mental health and the city*

Ana Paula Vieceli¹

Resumo

A contemporaneidade é testemunha de um processo de grande ruptura com o paradigma moderno manicomial e tem a Reforma Psiquiátrica como um marco das transformações que se deram nas formas de conceber a loucura e nas formas de cuidado e assistência ao sujeito-louco que retoma a cidade como um direito. O presente artigo considera a relação entre loucura e espaço urbano na contemporaneidade, e apresenta a experiência de Trieste, na Itália, quando um cavalo azul se tornou marco poético de liberdade entre os internos do manicômio San Giovanni, sob a direção de Franco Basaglia. O artigo ainda discute a clínica urbana do Acompanhamento Terapêutico como uma clínica que se desprende da clínica tradicional e se lança numa imersão pelo território da cidade acompanhando o sujeito-louco em seus percursos, criando novas possibilidades de existência para o louco, a prática da cidadania e questionando a cidade em sua capacidade de acolher a diferença.

Palavras-Chave: saúde mental, cidade, reforma psiquiátrica, Marco Cavallo, acompanhamento terapêutico.

Abstract

Contemporaneity is witness to a process of great rupture with the modern asylum paradigm and has the Psychiatric Reform as a landmark of the transformations that took place in the ways of conceiving madness and in the forms of care and assistance to the crazy-subject who takes up the city as a right. This article considers the relationship between madness and urban space in contemporary times, and presents the experience of Trieste, Italy, when a blue horse became a poetic mark of freedom among the inmates of the San Giovanni asylum, under the direction of Franco Basaglia. The article also discusses the urban clinic of Therapeutic Accompaniment as a clinic that detaches itself from the traditional clinic and launches itself into an immersion through the territory of the city, accompanying the mad-subject in his paths, creating new possibilities of existence for the madman, the practice of citizenship and questioning the city in its capacity to welcome difference.

Keywords: mental health, city, psychiatric reform, Marco Cavallo, therapeutic accompaniment.

¹ Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2010). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Teoria, História e Crítica de Arquitetura, atuando principalmente nos temas: arquitetura e cidade. Mestre pelo PROP/ UFRGS, com a dissertação: Lugares da loucura: arquitetura e cidade no encontro com a diferença. Doutora pelo PROP/ UFRGS, com a tese: Arcanos Urbanos: o jogo dos errantes. Professora no Curso de Arquitetura e Urbanismo da FSG - Faculdade da Serra Gaúcha em 2014-2015. Professora Substituta na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel - Universidade Federal de Pelotas, em 2020.

Portas Abertas: do Manicômio ao Território

A relação que as sociedades humanas tem com a loucura sempre foi uma relação com a diferença plena e, as diversas épocas históricas mostram como cada sociedade, conforme sua política, cultura, valores morais, necessidades e grandes medos, lidou com ela. Dentro de uma larga trajetória histórica, pode-se constatar que a loucura já tomou diversas formas na maneira como foi compreendida pela humanidade: manifestação de deuses, força passional humana, castigo divino, possessão demoníaca, provação divina, experiência trágica, anúncio do fim dos tempos, sabedoria oculta, verdade dos homens, desatino, alienação, e, com a chegada da modernidade, objeto exclusivo da psiquiatria: doença mental (VIECELLI, 2014). Assim também, a trajetória histórica dos lugares da loucura, entendidos como espaços construídos, dedicados ao louco bem como espaços sociais nos quais eles se inscrevem, tem a modernidade como um grande advento onde as várias possibilidades espaciais e sociais para o modo de existência da loucura se restringem a um único e exclusivo lugar: o manicômio (FOUCAULT, 2000; ROSEN, 1980).

O lugar da loucura a partir da Modernidade se inclui entre os diversos novos espaços sociais modernos – escola, fábrica, hospital, prisão –, pacificados e normatizados, onde o principal objetivo arquitetônico é, através da disposição espacial, domar os fluxos e garantir a completa subserviência e docilidade dos corpos através da completa vigilância e controle (FOUCAULT, 2011). Com o advento da modernidade o louco passa a trilhar seu destino de entrar para o imaginário social como sendo natural a este território. Desta forma, o processo de internação manicomial – que nasce contemporânea ao nascimento do próprio urbanismo – constituiu-se como um modelo oportuno de eliminar a loucura da paisagem das cidades, considerada heterogênea e nociva à ordem desejada.

No entanto, a partir do período pós-guerra, surgem movimentos em várias partes do mundo que se processam na direção de uma abertura nesse cenário estático e segregador, quando passa-se a pensar a transformação do modelo manicomial de assistência, centrado no hospital psiquiátrico, em um modelo de atenção comunitário, praticado em liberdade, que se relaciona com o cuidado em saúde, mas também com todas os equipamentos e esferas que compõem a vida em comunidade.

Para que esta transformação tivesse lugar, foi necessária uma transformação das formas de compreensão da loucura. Neste período a loucura passa a ser entendida como experiência-sofrimento na relação com o corpo social, e a doença passa ser colocada entre parênteses para dar lugar ao sujeito que se mantinha escondido atrás do rótulo de doença mental. Dessa maneira buscou-se favorecer a manifestação do louco em seu território, em seu contexto, e valorizar a singularidade das relações que se estabelecem entre eles.

Os movimentos pela desinstitucionalização da loucura partem da ideia de que, primeiramente, é necessário abrir mão das interpretações da loucura segundo erro, incapacidade, inferioridade, doença mental, e potencializá-la como diferença, um modo diferente de relação com o mundo. A desinstitucionalização como desconstrução está relacionada à noção de invenção, de construção do real, de produção de sociabilidade, de subjetividade, esta que não é dada, não é interior ao indivíduo, mas produzida pelos vetores mais diversos presentes na coletividade (ROTELLI, 2001). Problematicando o conceito de loucura, esses movimentos abrem conseqüentemente caminhos para a problematização e criação de um novo espaço-tempo no qual a loucura pudesse existir, considerando, desta vez, os espaços da cidade como os novos lugares da loucura, restituindo o direito ao pertencimento à comunidade, onde venha a ser garantida a sua assistência, cuidado e sobretudo sua existência em liberdade.

No Brasil, o movimento antimanicomial culminou com a Reforma Psiquiátrica Brasileira, que atingiu a esfera do legislativo na década de noventa. A reforma é um conjunto de leis que foi responsável pela criação de novas maneiras de atenção ao louco, e propôs a desativação progressiva dos manicômios públicos na medida em que propunha a criação de outros equipamentos de atenção e saúde mental que substituem o hospital psiquiátrico, com uma nova proposta de tratamento reconfigurando o cuidado em saúde mental para um espaço aberto, em liberdade, onde o tratamento se realiza na esfera comunitária e social (BRASIL, 2005).

Fez-se possível um modelo de assistência que se abriu completamente à cidade.

[...] a clínica, nascida na cidade, dela vem se apartar, guardada entre quatro paredes, o que se coloca como paradoxo presente nos processos de reforma psiquiátrica contemporâneos que propunham o retorno ao convívio nas cidades. Ao abrir-se à cidade, é esse paradoxo que é preciso habitar, cabendo disso extrair as consequências que interessam a uma clínica conforme a radicalidade do que propõe a reforma. Pois é o cotidiano mesmo da vida cidadina que pode convocar a clínica ao abandono das certezas próprias a um sistema fechado, pouco permeável à variabilidade dos jogos e de forças presentes no território da cidade, aos sentidos inesperados e inconclusos que emergem do uso de seus objetos, ao traçado desviante de suas ruas (PALOMBINI; OLIVEIRA, 2012, p. 99).

O movimento de desinstitucionalização da loucura, que devolve o louco para o meio urbano, para o convívio social, para produção de autonomia, é uma afirmação da sua existência e busca restituir seu direito à cidadania, seu direito à cidade. Abandona-se o confinamento entre muros, a clausura dos gabinetes e se ocupa o bairro, a rua, a praça. Este movimento implica em um novo e grande desafio: o encontro da cidade com o louco e a loucura. A cidade não é apenas um palco onde acontece este encontro, ela é protagonista das cenas que a loucura acaba de inaugurar em sua história.

Marco Poético da Liberdade: a revolução gestada na barriga de um Cavalo Azul

Para introduzir a problematização da relação entre loucura e cidade no contemporâneo, será resgatada, entre as muitas narrativas heroicas que as reformas psiquiátricas proporcionaram, uma história muito peculiar que se passa na década de setenta, tendo como plano de fundo a cidade de Trieste, província situada ao norte da Itália. O cenário é o Hospital Psiquiátrico de San Giovanni, que foi testemunha da fantástica história de Marco Cavallo.

A primeira cena retrata a crua realidade do manicômio:

O hospital naquela época estava superlotado, os internos tinham que aceitar a convivência naquele aglomerado. Muitos pacientes estavam ali compulsoriamente, poucos sabiam o porquê do encarceramento e os que questionavam eram – na melhor das hipóteses – dopados. Os que não se acalmavam eram submetidos a métodos de tratamento mais eficazes, por isso eram poucos os agitados. Ainda assim, para esses havia um local, reservado dentro do imenso terreno do Hospital Psiquiátrico de Trieste (BATISTA, 2012, p. 111).

Em meio à superlotação de sujeitos loucos, condenados a perecer sob o estigma da doença mental, e dos funcionários infelizes que, de diferente maneira, estavam

intrincados na mesma realidade, quase todas as manhãs, fazia parte também daquele cenário cotidiano um velho cavalo, que tinha como função carregar a roupa suja dos internos, recolhida de cela em cela, de pavilhão em pavilhão. Marco era seu nome.

O animal, que diariamente era alimentado com abundante capim fresco, tinha como função carregar roupas sujas do local onde morava para a cidade. No trajeto percorrido, Marco passava por muitos moradores, alguns com seus territórios marcados, geralmente pequenos pedaços no chão. Marco já havia se acostumado, os corpos caídos já não eram mais obstáculos. Em 1970, era comum tropeçar em corpos quase vivos. Conforme passava pelos quartos, apanhando as roupas sujas, Marco sentia seu lombo mais pesado. A travessia marcava seu corpo (BATISTA, 2012, p. 110).

Inegável é que, na rotina cotidiana do manicômio, na qual todos participavam, Marco era um condenado como todos os loucos ali aprisionados, tinha seus horários para comer, para carregar as roupas, para ir à cidade e retornar.

Perto da saída para a cidade mais moradores se aproximavam, e já não eram tantos caídos. Alguns poucos se mexiam, outros balançavam a cabeça ao vê-lo passar, havia também os que se aproximavam para alisar seu couro castigado. O homem que o conduzia entre os pacientes impedia qualquer um de chegar perto, reafirmando a disciplina que todos deveriam se submeter para aproveitar a boa estadia que lhe ofereciam os funcionários daquela hospedaria (BATISTA, 2012, p. 110).

Embora essa cena se repetisse todos os dias e, com o passar do tempo, fosse adquirindo um caráter de rotina, um acontecimento trágico seria capaz de revelar a ligação que, por detrás dessa silenciosa cena cotidiana, o cavalo Marco havia conseguido estabelecer com os internos do hospital. Marco já era um cavalo velho e não tinha força para sua tarefa diária de carregar tanto peso em seu lombo. Sendo assim, o corpo técnico do hospital decidiu sacrificar Marco, já que, em seu estado terminal, mostrava-se improdutivo para o trabalho, não apresentando mais serventia para o hospital. Entretanto, no dia do sacrifício, de um quarto do pavilhão dos pacientes crônicos ouviram-se gritos: “Vão matar Marco! Salvem Marco!”. Como tratava-se de um paciente crônico, sua manifestação foi entendida como uma crise, um surto, e, imediatamente, este corpo gritante foi controlado pela enfermagem.

Em 1971, Franco Basaglia (1924-1980)² havia assumido a direção do Hospital Psiquiátrico de San Giovanni, onde deu início a um projeto sólido de desinstitucionalização, que tinha por objetivo a desconstrução do aparato manicomial, assim como de toda a lógica de segregação que lhe é implícita. No momento em que o cavalo Marco estava sendo sentenciado ao sacrifício, havia, no hospital de Trieste, dois grupos claramente definidos

² O médico e psiquiatra Franco Basaglia foi o precursor do movimento de reforma psiquiátrica italiano conhecido como Psiquiatria Democrática. Em Trieste, ele promoveu a substituição do tratamento hospitalar e manicomial por uma rede territorial de atendimento, da qual faziam parte serviços de atenção comunitários, emergências psiquiátricas em hospital geral, cooperativas de trabalho protegido, centros de convivência e moradias assistidas (chamadas por ele de “grupos-apartamento”) para os loucos. No ano de 1973, a Organização Mundial de Saúde (OMS) credenciou o Serviço Psiquiátrico de Trieste como principal referência mundial para uma reformulação da assistência em saúde mental. A partir de 1976, o hospital psiquiátrico de Trieste foi fechado oficialmente, e a assistência em saúde mental passou a ser exercida em sua totalidade na rede territorial montada por Basaglia. Como consequência das ações e dos debates iniciados por Franco Basaglia, no ano de 1978 foi aprovada na Itália a chamada “Lei 180”, ou “Lei da Reforma Psiquiátrica Italiana”, também conhecida popularmente como “Lei Basaglia”.

GIORNALE MURALE n.3

SONO COMINCIATI I LAVORI AL LABORATORIO P L'ARRIVATO IL MATERIALE

CARTA CASSETTE PENNELLI COLORI

ALCUNI HANNO DISEGNATO IL PRODOTTO E' STATO STAMPATO E DISTRIBUITO IL VOUCHER D'INFORMAZIONE



SI COMINCIA A COSTRUIRE (CON LA CARTA E I PAZZI PICCOLI E GRANDI, BESTIE, EDIFICI)

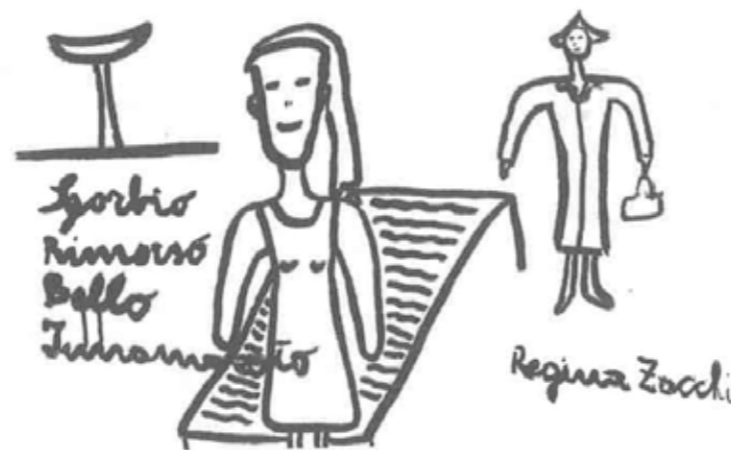
ABBIMMO TROVATO UN CARRETTINO PER PORTARE IN GIRO I MANIFESTI E LE DISTRIBUZIONI

GIORNALE MURALE n.5



QUESTO E' IL CAVALLO CHE STA PER NASCERE

E POI OGGI SONO NATI I PRIMI BIRATTINI



LABORATORIO P - 13 GENNAIO - FOGLION°3

IERI AL LABORATORIO P SONO VENUTE MOLTE PERSONE -HANNO DIPINTO E SCRITTO - SI E' ANCHE DISCUSO COSA COMINCIARE A COSTRUIRE - ALCUNI HANNO AVUTO L'IDEA DI FARE UN GRANDE CAVALLO CON UNA GRANDE PANCIA - ALTRI PORTAVANO AVANTI L'IDEA DI UNA CASA MOLTO GRANDE



CON UN CARRETTINO E' STATO PORTATO IN GIRO IL GIORNALE MURALE DISEGNATO DA AUGUSTO VENITE! OGGI I DISEGNI SONO STATI MOLTO BELLI

LABORATORIO P. FOGLION°9

ECCO IL PRIMO PEZZO DELLA STORIA DI MARCO CAVALLO: CORRE E SPAZIA NEI PRATI LIBERI - PORTA I FAGOTTI DELLA BIANCHERIA NETTA. INCONTRA UN'AMICA CHE GLI DA' UN GRANDE PANINO. LUI IN CAMBIO LE DA' UN GRANDE BACINO.



QUESTO E' IL PRIMO PEZZO DI CANZONE CHE ABBIAMO INVENTATO ASSIEME

Dodicesimo giorno, 25 gennaio, giovedì (p. 61)

Le immagini della cronaca

165

Figura 1 e 2 - Giuliano Scabia. Marco Cavallo. 1973. Giornale Murale. Fonte: SCABIA, 1976.

e divididos por suas ideologias e posições com relação ao manicômio. Enquanto o grupo liderado por Basaglia, composto pelos psiquiatras democráticos, era contrário ao Hospital Psiquiátrico, o outro grupo era composto por aqueles que eram a favor da manutenção do manicômio como espaço de terapia e tratamento.

Em meio à agitação trazida por Basaglia, tendo este preconizado novas formas de atenção ao louco, aquele corpo-louco que gritava pela vida do cavalo Marco foi ouvido, impedido, assim, de ser transformado em palavra muda, em grito contido.

Ao ouvir a gritaria, muitos se aproximaram para saber o que aquela pessoa que falava em voz contundente gostaria de dizer. Outros se afastaram, expressando um ar de tédio, desdenhando os novatos profissionais, "afinal era só mais um crônico que berrava". Ao inclinar-se até o chão, onde estava imobilizado o corpo surtado que gritava, Basaglia escutou um balbúcio pedindo a vida do velho cavalo. Com ajuda de outros trabalhadores, o homem pôde ficar de pé (BATISTA, 2012, p.112).

Esse episódio, primeira cena do que vem a ser a história de Marco Cavallo, é muito mais do que o levante de um único corpo. Muitos outros corpos, institucionalizados, paralisados, inertes, do manicômio de Trieste, insurgiram-se a favor da vida de Marco Cavallo. Com o apoio dos profissionais chamados democráticos, foi pensada uma assembleia, a qual seria crucial para o desfecho deste episódio: o cavalo improdutivo seria sacrificado?

Os pacientes se organizaram para a assembleia, e até os crônicos reivindicaram sua participação, o que significava a saída do pavilhão, um movimento que nunca havia sido

feito. Os sonolentos sedados já não queriam dormir e tantos outros surpreenderam a equipe técnica com uma espantosa mudança que se alastrava por todos os corredores do hospital.

A luta proposta por Franco Basaglia para mudar as concepções obsoletas da psiquiatria, os conceitos de doença e cuidado, para abolir a instituição manicomial e, com ela, a barreira entre os cidadãos saudáveis-normais, e os loucos-anormais, foi aderida não apenas por médicos psiquiatras e profissionais da saúde, mas trouxe, para somarem-se ao movimento, cidadãos comuns que simpatizavam com a causa, acadêmicos, escritores, filósofos e muitos artistas.

Um grupo de artistas italianos – entre eles o dramaturgo Giuliano Scabia e o artista plástico Vittorio Basaglia – foi convidado por Franco Basaglia em Trieste, no final de 1972, para colaborar com médicos, estudantes e enfermeiros, em uma intervenção no pavilhão "P" do Hospital Psiquiátrico de San Giovanni. A ideia principal era criar algo que fosse capaz de estimular o interesse, a imaginação e participação dos pacientes. A demanda da direção do hospital ao grupo de artistas consistia na criação de uma oficina, que abrangesse as atividades de pintura, fantoches, escultura, teatro, etc. Fazia-se necessário o estímulo contínuo de participação, mesmo passivamente, por meio de visitas à noite, panfletos e um jornal de parede diário com relatórios e desenhos das atividades, um teatro errante (uma carroça transportando, aos vários pavilhões, materiais produzidos: os bonecos amarrados em paus pregados aos lados do carrinho, desenhos, materiais impressos, entre outros). Essas ferramentas eram utilizadas como elementos de ligação entre os espaços da oficina, no pavilhão "P", livre, onírico e utópico, com o restante do corpo do hospital, que, paralelamente, mantinha-se na lógica manicomial, de prisão de corpos e de almas (TORTELLI, 2011).

Figura 3 e 4 - Giuliano Scabia. Marco Cavallo. 1973. Fogli. Fonte: SCABIA, 1976.



Figura 5 e 6 - Giuliano Scabia. Marco Cavallo. 1973. Laboratório P. Fonte: SCABIA, 1976.

Juntamente à criação da oficina, outra demanda da direção chegava ao grupo de artistas: a construção de um objeto grande, simbólico para todos, em torno do qual se pudesse organizar atividades de expressão. Inicialmente, o tema da construção desse grande objeto girava em torno da ideia de uma casa de papelão, que pudesse se conectar à ideia de um cenário, provocando os internos a entrarem em uma nova cena criada por eles mesmos. Porém tudo muda quando o grupo de artistas se encontra com o grande embate que ocorria no hospital neste período: a questão da vida ou morte de Marco Cavallo.

No superlotado pavilhão “Q”, ala de observação feminina, o grupo de artistas observou a interna Angelina Vitez enquanto desenhava um cavalo. Com quatro linhas ela dividiu o corpo do equídeo em seis compartimentos, em cada um deles, estava desenhado um objeto: um vaso de flores, um ganso, uma panela, uma casa, uma árvore e um Pinóquio. Angelina explicou aos artistas que seu nome era Marco, mesmo nome do cavalo que levava para cima e para baixo as roupas sujas, o mesmo que seria enviado para o abate, destino do qual os internos queriam salvá-lo. Assim, o grupo de artistas tomou conhecimento dos embates fervorosos e surpreendentes acerca da vida ou morte do velho cavalo de carga do manicômio (DELL’ACQUA, 2013).

O afeto que os internos nutriam com relação a Marco Cavallo fez mudar a rota dos atos planejados e esperados tanto na vida cotidiana do manicômio quanto para o desenvolvimento da oficina de expressão que estava a cargo dos artistas convidados por Franco Basaglia. Finalmente, após a assembleia criada para discutir o destino de Marco Cavallo, surge o resultado da discussão: Marco, o cavalo, viveria! Seguiria vivo até sua morte natural. Os pacientes, implicados com a vida do cavalo, se organizaram para cuidar do animal até sua morte. Alguns meses depois, Marco Cavallo morreu, e, para sua despedida, foi organizada uma cerimônia no Hospital.

Como uma homenagem ao cavalo de carga, tão estimado pelos internos, a ideia de Angelina Vitez ganhou vida. Marco Cavallo renasceu, construído pelo artista plástico Vittorio Basaglia (primo de Franco Basaglia) em madeira e papel machê, contendo em seu ventre os desejos dos pacientes que lutaram por ele. Na cor azul, o renascido



Marco Cavallo era o símbolo concreto do desejo de vida e liberdade para todos os internos. O cavalo foi construído no manicômio, mas não para ali permanecer, ele estava sendo preparado para uma grande saída, a grande cena final dessa história.

Foi num claro domingo de março, quando chegou o momento em que Marco Cavallo sairia do laboratório. Construído dentro do manicômio, descobriu-se que era grande demais para sair pelas portas estreitas de seu espaço arquitetônico. Estava também pesado demais, com a carga de necessidades e desejos que trazia no seu ventre, para ser erguido e ultrapassar as cercas. Tentaram a porta do jardim, depois a da varanda, pensando que pudesse saltar a grade (SCABIA, 1976).

O cavalo tentou dobrar-se, cortar-se, abaixar-se, com a barriga até o chão, e se feriu. Mas nada. Permaneceu preso dentro dos muros. Todos estavam ali a olhá-lo: era aquele o seu momento. O cavalo começou a correr nervoso por um longo corredor do velho pavilhão “P” transformado em laboratório, para frente e para trás, bem como fizeram por anos os doentes que o habitaram. Giuliano tentou acalmá-lo, dizendo que era preciso esperar, que talvez não era aquele o momento, que era necessário ter paciência. Os doentes começaram a pensar que era apenas um sonho, séculos de cinza voltaram em suas cabeças, os gritos desumanos ensurdecaram seus ouvidos. Dino Tinta chorava. Marco Cavallo, tremendo, de cabeça baixa, começou a correr furiosamente, como um enlouquecido, na direção da porta principal e, sem hesitar, agrediu o pedaço de azul e verde em cima da porta (SCABIA, 1976, s.p., tradução nossa).

Para fazer Marco sair do manicômio, ultrapassar os limites do confinamento, libertar-se do espaço cujas portas eram mais estreitas que o desejo que carregava em si, profissionais e internos tiveram que quebrar os umbrais de portas internas, o portão e parte do muro que circundava o manicômio. Com violência, caíram pelo chão fragmentos de cascalho, tijolos e vidros. Arreventaram-se os limites do manicômio, que ficou para trás, enquanto que à frente, agora via-se todo um indefinido de possibilidades. “Marco

Figura 7 - Oficina do Pavilhão “P”, com Dino e Vittorio Basaglia, 1973. Fonte: VIECELI, 2014, p. 220.



Figura 8 - A ruptura dos portões, com Franco e Vittorio Basaglia, 1973. Fonte: VIECELI, 2014, p. 220.

Cavalo apenas parou sua corrida no gramado, entre as árvores, ferido e ofegante, confundindo-se com o céu azul, ao som dos aplausos, dos vivas, do pranto, da alegria, que curaram, num piscar de olhos suas feridas” (SCABIA, 1976, s.p., tradução nossa).

Muros, paredes e portões. Os primeiros obstáculos de Marco haviam sido violentamente ultrapassados. Esse esforço dá sequência e possibilidade à primeira grande saída de Marco pela cidade, sua saída triunfal.

O cavalo de papel machê azul, recipiente de sofrimentos e sonhos, percorreu Trieste seguido por um cortejo de loucos, estudantes, trabalhadores da saúde mental, voluntários e artistas. O cortejo invadiu as ruas da cidade, relembrando o trajeto do velho cavalo, provocando o desassossego e o desconforto da ordem social antes protegida pelo confortável limite do manicômio. Marco e seu cortejo dissipavam muitas fronteiras da cidade italiana, algumas delas invisíveis.

Limites claros iam abaixo nesta travessia. Lugares da identidade, da razão e da não razão, por algumas horas, perdiam a clareza de seus contornos. Dores e alegrias personalizadas também. Loucos, artistas, estudantes, entre outros, faziam da mistura das ruas a morada provisória dos seus desejos. Alguns passantes não entendiam o porquê daquele cavalo. A alegria da passeata insultava. Susto, incômodo, um soco no estômago, agregavam-se às cores e aos ruídos do cortejo. A violência sujava a cidade de destroços; muros e grades demolidos perdiam a função de forjar e abrigar o nomeável. Trieste era invadida por afetos em combate alojáveis dentro da escultura azul de papel machê (BATISTA, 2012, p. 105).

Mesmo que os loucos não tenham construído o cavalo materialmente, enquanto sua estrutura de madeira crescia nas mãos de Vittorio Basaglia, enquanto o papel machê tomava forma, enquanto se moldava sua cabeça, os loucos, por sua vez, construíram, sem jamais tocar o cavalo, alguma coisa mais duradoura e definitiva que ele: a liberdade. A carga simbólica do cavalo azul foi sendo gerada nos corações loucos do manicômio de Trieste. Ao olhar para Marco Cavallo, ele pode parecer apenas a escultura de um cavalo azul. Um pouco torto, longo, fino, com a boca aberta. No entanto, Marco Cavallo é muito mais. Ele carrega dentro de si um projeto de vida. Saltitante ao longo das ruas da cidade bordejadas de sonhos de liberdade.

A cena final da história de Marco Cavallo remete ao adentrar da loucura no espaço além muros, este espaço cujos limites se diluem, é o adentrar na cidade. Da mesma forma a cidade também adentra uma realidade antes oculta, e se depara com a diferença e com a verdade de sujeitos antes escondidas por detrás de muros construídos para não revelá-los. A destruição deste muro, num rompimento violento, proporcionou um encontro entre loucura e cidade, causando um estranhamento agudo, desacomodador, dolorido. A força investida para romper a membrana dessa separação, entre o normal e o anormal, precisou ser forte e violenta o suficiente para quebrar os muros da ordem social, da hipocrisia, da sociedade que criou recintos para encarcerar o diferente.

O rompimento dos muros não é, e jamais será, o fim da história. O ato de romper limites antecede um cortejo, que abre infinitas possibilidades para uma relação com o espaço urbano e com a multiplicidade que este invoca. O cortejo de Marco Cavallo se abre para a composição de novas e singulares histórias de encontro de vidas e suas produções, oferece novos fios para uma teia construtora de novos territórios, onde o encontro com a diferença será inevitável.

Figura 9 - Cortejo de Marco Cavallo, com Scabia, Dino e V. Basaglia, 1973. Fonte: VIECELI, 2014, p. 221.



A Cidade, o Território e a Loucura

Marco Cavallo, o cavalo azul da liberdade, introduz de forma poética as transformações concretas que se deram, num contexto pós-guerra, nas formas de conceber a loucura e de um novo espaço-tempo no qual ela pudesse existir. Esse processo se dá através de uma mudança radical no horizonte da concepção da loucura, quando configura-se outro modo de compreendê-la, e propõe-se uma abordagem do louco não mais em função da doença que extingue suas possibilidades de vida, mas enquanto sujeito, como produtor de si, permitindo a manifestação do seu devir-louco sem a interdição de sua expressão, sem a sua objetificação. A loucura então se constitui como pertencente à sociedade e, como tal, tem seu direito restituído de estar e existir no espaço social. Vimos que o movimento pela Reforma Psiquiátrica brasileira – diretamente influenciada pela experiência italiana – possibilitou, através da progressiva extinção dos espaços manicomiais e da criação de uma série de equipamentos substitutivos ao manicômio, uma reconfiguração no cuidado em saúde mental para um espaço aberto, em liberdade, onde o tratamento se realiza na esfera comunitária e social. Os novos serviços, portanto, não se propõem como um novo modelo, mas sim com uma intenção de reconduzir o espaço de tratamento a uma abertura ao tempo e ao espaço.

No entanto, por si só, a existência dos novos lugares de atenção e tratamento não é suficiente para produzir uma conexão entre eles, nem conduzir a tessitura do louco com o seu território de existência. Para além do estabelecimento dos novos serviços se faz necessário um movimento de articulação capaz de estabelecer relações entre os serviços e os espaços comunitários de diferentes naturezas que estão inseridos no território da cidade, uma mediação entre os diversos elementos que compõem a complexidade da vida em comunidade.

Os lugares da loucura se veem, assim, ampliados para fora deles mesmos, transbordados em seus limites físicos e permitindo um cruzamento comunicativo com outros campos, nos quais as políticas de saúde mental venham a se somar com políticas sociais, educacionais, de cultura, de trabalho e finalmente com o espaços públicos da cidade, espaço conquistado pelo louco como um direito. Além de prever



Figura 11 - Cortejo de Marco Cavallo, 1973. Fonte: VIECELI, 2014, p. 222.

espaços para a atenção e o tratamento é preciso tramar uma rede que conecte o louco e o meio urbano, para o convívio social, para produção de autonomia e de cidadania ativa. É portanto num espaço que não é nem dentro, nem fora, mas sim em um 'entre', um limiar, que se constituem os novos lugares onde a loucura é convidada a habitar, seu território.

Pensar o território se trata tanto de pensar um espaço concreto, definido pelas suas dimensões mensuráveis, geográficas, arquitetônicas e urbanísticas, como também se trata de pensar um espaço existencial, onde se fazem e desfazem, se constroem e se derrubam, se reforçam ou se enfraquecem os laços sociais que dão sentido ao existir. O território onde acontece o cuidado, espaço que se abre e que amplia seus contornos, passa a estar cada vez mais relacionado a outros territórios socio-históricos



e existenciais de trocas, de luta, de vida.

[...] a noção de território não se reduz a uma área física com características estáticas nem equivale à ideia de comunidade como totalidade homogênea e sem conflitos; tanto concreto quanto simbólico e cultural, o território é, antes, lugar de vida, possuindo um caráter processual, de construção e reconstrução, próprio à dinâmica e tensões que acompanham o espaço de permanente negociação entre os múltiplos atores sociais que o compõem e no qual operam saberes e práticas políticas, sociais e culturais relacionadas ao contexto histórico vigente (PALOMBINI, 2007, p. 120).

Nesse sentido, é o território – enquanto espaço de produção e reprodução de vida, de subjetividades, de confluência de diversos saberes – e não mais o espaço manicomial – concêntrico, reprodutor de doença, de exclusão, definido exclusivamente pelo saber da psiquiatria – o novo lugar da loucura. Da tutela hospitalocêntrica, passa-se a uma relação de reciprocidade, não mais baseada nas promessas de cura, mas de cuidado e acolhimento, não mais em um espaço fechado, mas aberto à multiplicidade pulsante do território.

Portanto, desde a Reforma Psiquiátrica, o trabalho em saúde mental passa a incidir cada vez mais sobre um campo que é excêntrico ao hospital. Abandonam-se as grades, os muros altos, as paredes, o tempo sem cadência, os imensos pátios internos, os

corredores extensos. Abandona-se cada vez mais este espaço manicomial como única forma possível de lidar com o louco, este espaço que se autoexclui da paisagem da cidade, imóvel, completamente voltado para dentro de si mesmo, fechado entre muros e desabitado do tempo. As novas formas de lidar com a loucura vão na direção de romper com muros da internação e da exclusão do louco, inserindo-se cada vez mais no terreno vivo, múltiplo e cambiante da cidade, no contexto das trocas sociais que se estabelecem em comunidade. O cuidado em saúde mental passa a fazer parte do panorama da cidade, apropriando-se dos bairros, das ruas, das praças, das igrejas, das bibliotecas, do cinema, do bar da esquina, enfim, dos espaços sociais, que se constituem como os novos lugares da loucura. Ao lançar-se no espaço aberto, sem fronteiras demarcadas e sem medidas prévias de tempo, não são só os loucos que estão diante da novidade de experimentar os espaços urbanos, mas também os profissionais, com seus saberes e práticas, que se deparam com uma nova realidade de atuação, a qual passa a incorporar a paisagem citadina, os espaços públicos, com o desafio de articular o espaço-tempo da cidade com a condição espaço-temporal própria da loucura (PALOMBINI, 2004).

É no contexto de deslocamento dos lugares de existência da loucura, da transposição dos espaços de clausura para o espaço comunitário, que surge o Acompanhamento Terapêutico³ (AT) como uma modalidade clínica. O AT⁴ é definido como uma clínica sem muros, a céu aberto, nômade, que se realiza no espaço da cidade ou na direção dela, acompanhando sujeitos em seu cotidiano para favorecer os laços com o território onde habitam. Essa clínica se propõe como uma contribuição para a consolidação de um cuidado tomada dentro dos princípios que o movimento pela Reforma Psiquiátrica veio pautar, a qual deve incluir, necessariamente, no âmbito do tratamento, além do corpo discursivo e do corpo biológico, também o familiar e o social. O AT não é um campo de saber específico, e sim uma prática, portanto não se restringe a determinadas profissões ou especialismos, mas atravessa um conjunto de práticas para o qual convergem múltiplos saberes. Portanto, o exercício do AT não se limita ao campo da psicologia, nem se restringe àqueles que detêm diploma de curso superior. Trabalhadores de diversas áreas de atuação, seja da esfera da saúde, das ciências humanas, das artes (e por quê não arquitetura e urbanismo?), e de diferentes níveis e formação, tem se dedicado ao AT como uma modalidade do seu fazer profissional e como campo de investigação e produção de conhecimentos.

É nesse sentido que afirmamos ser o AT uma função emblemática da mistura e contágio das disciplinas psi com o espaço e tempo da cidade. E o seu exercício – que se dá entre lugares, entre o serviço e a rua, entre o quarto e a sala, fora de lugar, a céu aberto – presentifica uma exigência que a reforma psiquiátrica vem colocar aos seus profissionais, seja qual for o dispositivo em causa: o fato de que uma clínica a serviço dos processos de desinstitucionalização coloca em jogo a desinstitucionalização da clínica mesma. (PALOMBINI, 2007, p. 131).

3 A prática do Acompanhamento Terapêutico surgiu nos anos sessenta nas comunidades terapêuticas na Argentina e no Brasil, e pode ser referida também às experiências de desinstitucionalização da loucura na Inglaterra, Estados Unidos e Itália. O AT tem sua gênese ainda no interior de instituições psiquiátricas privadas que conciliavam as formas de saber e poder próprias à psiquiatria tradicional, com algumas práticas inovadoras inspiradas na psiquiatria social inglesa, na antipsiquiatria e na psicanálise. No princípio dessa prática, o acompanhante terapêutico (at) – que na época chamava-se auxiliar psiquiátrico, amigo qualificado – tinha como tarefa apenas acompanhar o paciente, dentro da clínica ou, eventualmente, pela rua, e era visto como um agente cujo saber se encontrava à margem de uma formação técnica ou acadêmica, sendo subordinado ao saber psiquiátrico (A CASA, 1991).

4 Usaremos no texto a abreviação AT para designar a prática do acompanhamento terapêutico, enquanto que para o acompanhante terapêutico será empregada a abreviação at.

Acompanhar o sujeito-louco na circulação pela cidade é uma alternativa para a construção de um espaço que cumpre uma função transicional, como um cerzimento no território que une os retalhos do louco com os de sua referência institucional, bem como com os demais retalhos da vida presentes no seu território. O circular, o ir e vir acompanhado, vai tecendo, ainda que tênues, os fios que permitem enlaçar o louco ao tecido social, buscando ampliar os modos de habitar a cidade, abrindo espaço para que nela a diferença possa ter lugar.

Segundo Palombini (2007), os desdobramentos do uso do dispositivo do AT se dão principalmente em três âmbitos de incidência. O primeiro consiste numa rica aproximação com os sujeitos que se encontram inacessíveis ou pouco permeáveis aos serviços substitutivos ou às formas tradicionais de tratamento. Consta-se que muitas vezes a população atendida pelos serviços da rede de saúde mental não conta com nenhum outro suporte, seja familiar ou social, estabelecendo unicamente um laço com a própria instituição de saúde e, muitas vezes, nem esse laço se efetua. Nesses casos, a figura do at, devido à sua grande mobilidade, se apresenta como uma forma de chegar até o sujeito em seu mundo, “alcançar o sujeito lá na sua concha, no seu casulo, ou acompanhá-lo em sua errância.” (PALOMBINI, 2004; p. 79). O segundo âmbito de incidência do AT é institucional: na medida em que o at constrói sua prática através de incursões a céu aberto, lançando-se no contexto do cotidiano, pelo fora da instituição, ele se aproxima mais da rotina dos sujeitos acompanhados, das situações vividas, das cenas em família e no social, assim, a partir desse contato mais cotidiano, pode mais facilmente identificar os recursos que esse sujeito possui, seus talentos, habilidades e estratégias de sobrevivência, seja no âmbito de sua família, seja no da instituição de tratamento. Em suma, o at possibilita uma outra visão, uma outra experiência de encontro com o seu acompanhado, diferente das experiências vividas nos serviços. Através dessa soma de experiências e fazendo-as chegar à equipe dos serviços, o at pode enriquecer o espaço terapêutico na medida em que, vindo de fora, traz, para o dentro da instituição, todo um conjunto de informações novas que exigem da equipe um reposicionamento com relação ao caso. Assim, podem ser melhor escolhidas as estratégias e até criadas novas formas de intervenção conforme o caso se apresentar. Por fim, o terceiro âmbito de incidência do AT é político, ainda que os dois anteriores não o deixem de ser: ao posicionar-se de forma dinâmica entre o dentro e o fora da instituição, o at não apenas acompanha o sujeito-louco inserido, ou quase, na rede de saúde mental, mas, também, o próprio processo de implantação da Reforma Psiquiátrica é acompanhado (PALOMBINI, 2004; 2007).

Segundo Rolnik (1997), o at circula nas adjacências dos territórios, sejam eles da clínica de saúde mental, da família ou dos diversos territórios possíveis da cidade, ocupando os espaços vazios que existem entre eles. O vazio aqui toma o sentido não de uma completa ausência, mas como de possibilidades. Como afirma Fuão (2008), assim como o movimento natural do cheio é esvaziar-se, o movimento natural do vazio só poderia ser encher-se. O vazio, esse lugar cheio de sentidos latentes, surge como uma potência de criação, e está sempre ali, aguardando que chegue o momento de encher-se e transbordar-se em acontecimento. “Todo vazio é um vir a ser, há algo de fascinante nesses espaços pelo que suscitam a imaginação.” (FUÃO, 2008, s.p.). O vazio que o at, com seu acompanhado, vem habitar se transforma em um lugar do encontro, do encontro com a diferença, como o lugar propício ao evento, ao acontecimento, ao novo, ao impossível. É neste vazio entre os territórios já estabelecidos e aparentemente estáticos que o AT aparece como possibilitador da construção de modos de existência louca não doentes, não institucionalizados.

A tarefa do at é, junto ao sujeito-louco, buscar tecer redes nas quais se criem conexões e tessituras de sentido.

A experimentação consiste em fisgar no contexto problemático que se delinea ao longo das errâncias do acompanhamento elementos que possam eventualmente funcionar como componentes dessas redes; identificar focos suscetíveis de fazer a existência do louco bifurcar em novas direções, de modo que territórios de vida possam vir a ganhar consistência (ROLNIK, 1997, p. 91).

Segundo Palombini (2007) o AT se dá num entre lugares, entre um dentro e um fora, margeando as linhas entre mundos, entre o sujeito e sua família, a comunidade, o espaço amplo da cidade. Porém, mesmo que o direito à liberdade seja legalmente garantido ao sujeito-louco, muitas vezes o seu espaço de existência, seja por dificuldades próprias a sua loucura ou por imposição da família, mantém-se fechado entre as paredes de seu próprio quarto. Muitas vezes os muros do manicômio ainda permanecem, e se dão de forma sutil, invisível, circunscrevendo os sujeitos num mundo limitado, vazio, sem perspectiva nem esperança. Para Palombini (2007) muitas vezes o trabalho do at, antes de se lançar no espaço da cidade, precisa ocupar o quarto, ocupar esses lugares de reclusão, de pouca luz, pouca vida, e ali explorar as possibilidades e os lugares subjetivos, trazendo pouco a pouco os fios do fora que possam despertar o desejo de enlace com a vida. Mesmo nesse movimento quase parado de um espaço interior quase asfíxiante, há sempre a atuação de forças que agem como um empuxo para a cidade, que tem na rua sua potencialidade de alargar as redes sociais e produzir encontros. Mesmo que se tenha um longo trabalho, a curtos passos, conduzidos pela velocidade do tempo do louco, em espaços fechados e pequenos, os movimentos do at vão sempre na direção da cidade que, mesmo lá fora, deve estar sempre no horizonte do AT.

Do quarto para a casa, da casa para a calçada, para a rua, para o bairro, para a cidade: o at vai esticando linhas antes recolhidas num ponto só, vai possibilitando o cruzamento com novas linhas e a cidade, em sua condição favorecedora de acontecimentos, vai tratando de mudar suas direções, bifurcá-las, transmutá-las.

Assim, essa cidade que o at percorre não se concebe tão somente como palco da clínica, ou como seu elemento acessório, que vem dar concretude e permanência a conteúdos psíquicos de frágil consistência. Na experiência do AT, na medida em que se desbravam ruas, cantos, quartos, a cidade adquire um outro vulto, revelando-se a potência contida na incorporação, pela clínica, de cada um dos gestos e objetos que compõem o cotidiano urbano. A cidade, os seus espaços e tempos, restos e monumentos, em sua rica variabilidade, passam a ser concebidos como matéria constitutiva e primeira dessa clínica. (PALOMBINI, 2007, p. 172).

A cidade, nesse sentido, divide com acompanhante e acompanhado papéis que se efetuem e muitas vezes se invertem, o protagonismo dessa clínica itinerante.

Resistências Urbanas: a clínica a céu aberto

Ao lidar com o imprevisto e com o inesperado, próprios a uma clínica que se propõe funcionar a céu aberto, inventa e cria constantemente novos modos de acompanhar sujeitos em seus percursos errantes, auxiliando na confecção de uma rede ampla de relações que busca desnaturalizar a posição identitária do louco e romper com a hegemonia de certos conceitos e verdades acerca da loucura, ainda predominantes.

Da mesma forma que o AT problematiza a desinstitucionalização da loucura como uma prática contínua que não se finda com um conjunto de leis, ou com a extinção dos muros físicos do manicômio, também se coloca como um analisador do espaço urbano, onde esta prática se insere e onde se encarna ao percorrer seus mais variados caminhos. O AT se coloca como uma resistência ao homem que caminha em linha reta, proposto pelo modernista Le Corbusier, e encarna um devir-mula que é capaz de ziguezaguear na direção de encontrar sempre algo novo. O AT questiona a cidade em sua capacidade de acolher a diferença, acolher o tempo do louco, o tempo do outro. O espaço-tempo da cidade, tão predeterminado e orientado pela produção e pelo consumo, se vê atravessado por sujeitos que historicamente perderam as possibilidades de encadear o seu mundo ao mundo, e que por isso mesmo foram esquecidos pela realidade social. Recolocar esses sujeitos em funcionamento com a realidade urbana requer de ambas as partes, louco e cidade, uma abertura para que esse reencontro possa acontecer. O teor de novidade próprio ao AT como um dispositivo pode provocar sentimentos de estranhamento, medo, recusa, desconfiança, sentimentos que se instauram em um primeiro momento de contato com a diferença. Mas é preciso dar um primeiro passo na direção desse contato, pois o estranhamento se dá naquilo que desconhecemos, e desconhecemos por estarmos historicamente afastados da loucura e do seu saber louco. Todo preconceito, todo estigma só pode ser desconstruído no contato, nas bordas entre o eu e o outro. A partir do momento em que passamos a conhecer e reconhecer o outro, é possível aceitar sua existência louca em sua diferença, e a coexistência se torna possível. O at, abrindo a primeira brecha nesse muro social invisível, possibilita o gradual derruimento do mesmo, a partir do momento em que, pela brecha pequena, passam a entrar e sair fluxos os mais variados possíveis, sejam eles novos desejos, novas pessoas, novos lugares, novas situações, que vão surgindo à medida que se caminha pela cidade.

A busca pela reinserção do sujeito-louco em seu território não pode ser confundida com adequação ou reeducação dos modos loucos de ser. O at não faz o papel de aplicar uma ortopedia nos sujeitos aos quais acompanha, antes, há um esforço que vai na direção contrária, que busca problematizar as práticas ainda ortopédicas no tratamento da loucura. Essa prática de alinhamento ao *grid* social não é um problema exclusivo da loucura, ainda que seja muito evidente pelas suas particularidades de ser, mas todo os seres no mundo passam por essa ortopedia enlouquecida, neurótica, que transforma as múltiplas formas de vida em padrões reproduzíveis em larga escala. O louco como intruso nessa realidade movimenta a base segura e passiva, de homens acomodados e solitários, que sustenta a cidade contemporânea.

Palombini (2007) aproxima a figura do flâneur, trazido em textos de Baudelaire e Benjamin, que ilustra um certo modo de se relacionar com a cidade, o qual, segundo a autora, se aproxima da espírito do AT. Charles Baudelaire, entre os errantes urbanos do século XIX, retomou e recriou a figura mítica do flâneur, mais tarde analisada por Walter Benjamin, no século XX. O termo francês flâneur significa “caminhante”, “andarilho”. A palavra flânerie - “vadiagem”, “vagabundagem” - refere-se à atividade do flâneur: vagar pelas ruas, vagar sem rumo, sem propósito, aberto a todos os eventos e às impressões que vêm a caminho.

As flanâncias ocorrem no contexto das grandes transformações urbanas do século XIX movidas pelo desenvolvimento da indústria, a qual possibilitou o início de um processo de inflação populacional das cidades europeias. O flâneur, ao mesmo tempo em que se deixa fascinar pela modernização, também reage à velocidade que ela impõe. Baudelaire, por exemplo, se posicionou criticamente quanto à reforma urbana de Haussmann, principalmente pela produção de segregação social, pela eliminação da cidade antiga e de suas ruínas e pela ordenação e controle impostos no espaço urbano. Baudelaire recria o flâneur justo nesse momento, procedendo não por meio

de uma nostalgia ingênua, mas, ao contrário, produzindo uma crítica moderna à própria modernização, denunciando a violência, a velocidade e o autoritarismo das transformações urbanas, a expulsão de seus habitantes, a divisão de trabalho, a uniformização de costumes, as vias cada vez mais velozes, orientadas e sinalizadas, e, em particular, ao empobrecimento, pela recente mecanização da relação do corpo com a cidade (JACQUES, 2012).

No entanto, ao mesmo tempo em que critica os processos da Modernidade, o flâneur se estabelece como fruto dela, parte do contexto urbano de modernização. Pode-se afirmar que o flâneur nasce exatamente da experiência nova da multidão, da experiência física dos corpos se esbarrando, se esquivando, se acotovelando, do estranhamento, do estar só no meio desconhecidos formando com eles um todo sem rosto, uma massa feita de diferenças, de individualidades, de solidões. Para Baudelaire multidão e solidão são sinônimos, ele dizia: “Multidão, solidão: termos iguais e conversíveis para o poeta diligente e fecundo. Quem não sabe povoar sua solidão também não sabe estar só em meio a uma multidão atarefada” (BAUDELAIRE, 2002 apud JACQUES, 2012, p. 56). O flâneur em Baudelaire busca a solidão no meio da multidão, mas ele não se esconde, ele se perde voluntariamente, e tem prazer em estar entre a alteridade e o anonimato da multidão. É a multidão que possibilita o jogo de perder-se e achar-se, do passar entre as pessoas desconhecidas, abrindo sempre possibilidades de encontros, de desencontros, de conflitos, de choques. Baudelaire buscava a experiência do choque com o outro, com os vários outros anônimos, até sentir-se embriagado de multidão (JACQUES, 2012).

Diferentemente do “homem da multidão” que segue os fluxos que lhe são impostos, que se deixa levar e disciplinar pelas regras implícitas, que age mecanicamente e se aliena, que só olha de fora, de longe, o flâneur entra na multidão de forma crítica, experienciando a multidão no seu próprio corpo, por dentro dela. É uma experiência com a alteridade que, sim, se dá de forma anônima, porém corporificada:

A experiência corporal do flâneur dentro da multidão, ao contrário, surge como um novo e enorme campo de experiências, prazeres e possibilidades: gozar ou se embebedar do anonimato, tomar um “banho de multidão”, se perder ou se encontrar no meio de desconhecidos, sentir-se só no meio de tantos outros diferentes, se desorientar no meio de tantas pernas, diminuir o próprio passo, sair do ritmo uníssono da turba, ir mais devagar para forçar desvios, esquivas, deslocamentos de ombros, olhares passantes, toques errantes, encontros de mãos, arpejos de pele, fricções de braços, empurrões, cotoveladas, trombadas, diversos tipos de contato carnis fugazes, dos mais violentos aos mais afetuosos, com tantos e variados corpos incógnitos (JACQUES, 2012, p. 72).

Palombini (2007) vê no flâneur semelhanças com o at na sua capacidade de dissolver os limites entre interior e exterior, no andar distraído, à deriva, no deixar-se levar pelo acaso ao mesmo tempo em que se dedica aos detalhes com a agudeza e a sagacidade do olhar. O at possui sempre um sentimento de estrangeiridade, mesmo que circulando pela sua própria cidade, ao acompanhar o sujeito-louco, com sua peculiar relação espaço-temporal, faz da cidade sempre outra cidade. O at, assim, percorre com seu acompanhado por um passeio por outra temporalidade, mas que no entanto é encarnada no presente e se abre para compor novos futuros, novos devires. O AT se afasta dos espaços fechados, dos consultórios, dos espaços institucionais, para se jogar no contato com a cidade, com as multidões, com a alteridade anônima, porém corporificada, que permite o confronto entre diferentes, a coexistência não pacificada no espaço público das cidades. Assim como o flâneur, o acompanhante e

acompanhado, apesar de se lançarem na multidão, não se constituem como “homens de multidão” a medida em que não seguem os fluxos normatizadores ortopédicos da cidade nem da construção da sua existência, nem agem mecanicamente e de forma alienada, pelo contrário, o AT é também uma experiência que possui uma capacidade crítica, seja com relação aos cuidados em saúde mental, seja com relação ao próprio espaço urbano.

Entretanto, diferentemente do flâneur, a experiência do AT com a cidade não se dá como uma prática solitária e, sim, segundo Palombini (2007), se realiza através de um exercício da amizade, que tem como potência constituir-se como um antídoto para a solidão (BENJAMIN apud PALOMBINI, 2007). A amizade da qual se vale a experiência do AT escapa ao modo como esta é concebida pelo senso comum ou em textos filosóficos consagrados.

Ortega (2000 apud PALOMBINI, 2007), através do pensamento de autores como Arendt, Derrida e Foucault, considera o modelo da amizade, tal como o conhecemos ou tendemos a concebê-lo e praticá-lo – este modelo que se restringe ao universo privado da família, do parentesco, da fraternidade e do amor –, como sendo forças antipolíticas capazes de anular a pluralidade, dando forma a comunidades identificatórias, universalistas, que caminham em direção do nacionalismo, do patriotismo, ligados aos interesses de uma política imperialista mundial. Ortega defende então uma amizade que, diferentemente daquela vivida na esfera da intimidade e das identificações, que iguala o amigo ao irmão, ao semelhante, é uma amizade que tem uma condição voltada para espaço público do agir, que abre o caminho para a relação com a diferença. Pensar a amizade a partir da diferença e do não familiar, ao invés de pensá-la a partir da igualdade e da familiaridade, funciona como substituir o ‘amor ao próximo’ pelo ‘amor ao distante’, causando assim um desvio do tipo de intimidade que conduz ao mesmo, à confusão do eu com o tu, ao narcisismo, a uma egologia.

Trata-se, antes, de levar a sério a incomensurabilidade existente entre o eu e o outro, o que impede sua incorporação narcisista. Em outras palavras, não utilizarmos o amigo para fortalecer nossa identidade, nossas crenças, isto é, “o que somos”, mas a possibilidade de concebermos a amizade como um processo, no qual os indivíduos implicados trabalham na sua transformação, na sua invenção. Diante de uma sociedade que nos instiga a saber quem somos, a descobrir a verdade sobre nós mesmos, e que nos impõe uma determinada subjetividade, esse cultivo da distância na amizade levaria a substituir a descoberta de si pela invenção de si, pela criação de infinitas formas de existência (ORTEGA, 2000, p. 114 apud PALOMBINI, 2007, p. 64).

Na perspectiva do AT, portanto, o amigo não é aquele que oferece um reconhecimento entre iguais, um reflexo espelhado de si, mas é aquele que, pela sua condição de diferença, provoca transformações. A amizade não é pacificadora, ela não exclui as contradições e as tensões próprias ao encontro de diferenças. A amizade como o encontro entre diferentes é capaz de mudar direções ou bifurcá-las através dos questionamentos que ela suscita, crenças e ideias deixam de ser fixos e imutáveis. A amizade descrita por Derrida, segundo Ortega (2000 apud PALOMBINI, 2007), é uma experiência do impossível, ou seja, um movimento do desejo, do talvez, e define-se por sua inconstância, imprevisibilidade e instabilidade, que sempre se abre para o acontecimento, para o novo, para a experimentação, para a invenção. Essa nova ética da amizade cria um tipo de relacionamento que não permite que as relações de poder se transformem em estados de dominação. Além de antídoto contra a solidão, a amizade surge como uma resistência ao funcionamento da ordem social, que direciona a amizade para sua concepção privada, de formas reconhecidas,

despolitizadas e individualizadas. A afirmação da amizade como política tem uma potência transgressora que multiplica as possibilidades e formas de vida minoritárias, capaz de inventar de novas formas de relação (ORTEGA, 2000 apud PALOMBINI, 2007). Portanto, a amizade se faz presente à dinâmica do AT como diferença, como distância, como assimetria, sem anular o que o outro traz em si.

OAT como uma micropolítica urbana aposta na potência da cidade como polis, “poder de produzir relações, de obrigar à negociação, de acolher o conflito” (PECHMAN, [2005?], s.p. apud PALOMBINI, 2007, p. 51), para incorporar suas práticas que aproximam o movimento das flâncias com uma política da amizade. A cidade, antes de ser um meio de possibilidade para esta clínica, é entendida como a extensão desta. Ambas se fundem numa relação recíproca para a criação de algo novo.

Ao mesmo tempo em que, no encontro com a rua, a clínica se desacomoda, colhendo junto aos elementos da cidade modos inéditos de se produzir conhecimento, desfazendo os contornos fixos dos saberes instituídos, a cidade também acaba por se desacomodar, tendo sua racionalidade perturbada pela introdução da diferença em seus espaços, intercessão que pode ser entendida como uma ação de resistência em nível micropolítico à lógica da cidade contemporânea, ao passo que valoriza os espaços pelo seu uso, pela sua capacidade de acolhimento, e não apenas pelo seu valor de mercado.

OAT privilegia o uso do espaço público, ação que por si só já resiste à inércia dos modos de vida privatizados e privatizantes das cidades. É no espaço do comum que o louco vem buscar construir a sua reapropriação deste espaço e pôr à prova a capacidade da cidade em acolher a diferença.

A amizade tem lugar, nesse processo, como possibilidade de uma nova forma de sociabilidade que expressa uma preocupação com o mundo e com o outro, e não apenas consigo mesmo. Nesse sentido, ela se revela um fenômeno político que permite recuperar a confiança no espaço público, de forma que a cidade possa voltar a ser lugar de relações e não de anulação das diferenças – lugar onde o conflito, próprio à vida coletiva, sustenta-se na palavra, na ação e na negociação como formas da política.

OAT, com sua capacidade de tecer redes de relações junto ao acompanhado, se ocupa também da experiência de construção de uma nova cidade. O at acaba por se desprender das condições dadas de uma cidade para que uma outra cidade possa ser habitada. Essa nova cidade é construída no exato momento em que juntos, acompanhante e acompanhado, e demais atores que surgem no caminho, a percorrem. Essa construção se alinha com o devir polis da cidade, se alinha com o desejo de criação de uma cidade que possa acolher a diferença. Os movimentos do AT, ao implicarem o corpo numa experiência espaço-temporal com as cidades, na sua dimensão cotidiana, ao rés do chão, registram a experiência da cidade como uma *corpografia* (BRITTO; JACQUES, 2010), uma experimentação que se dá por vias afetivas e que produz sentido e novos modos de ser e de pensar. O sujeito-louco corporificado na cidade retoma o seu direito de ser protagonista da sua própria existência, produtor de si, transformando-se em acontecimento e resistindo ao silenciamento, ao apagamento do seu devir-louco e à manicomialização. Este sujeito corporificado transforma o planejado em imprevisível, e registra, de um ponto de vista que se constituiu historicamente como a diferença por excelência, as experiências nas cidades contemporâneas.

A prática do AT como uma prática do corpo-louco na cidade possibilita novos agenciamentos, metamorfoses, bifurcações, acontecimentos, que acabam por ajudar a criar novas gramáticas de existência para a loucura, a constituição de pertencimento

ao território e a prática da tão sonhada cidadania, gestada outrora no interior da barriga de um cavalo azul. Essa prática em saúde mental, possibilitada pelas reformas psiquiátricas a partir do pós-guerra, restituindo o direito do louco à urbanidade, assim como confronta e questiona diretamente os mecanismos das ações dominantes na relação com a própria loucura, também questiona os modos dominantes de se fazer cidade.

Referências

- A CASA, Equipe de acompanhantes terapêuticos do Hospital-dia (org.). *A rua como espaço clínico: acompanhamento terapêutico*. São Paulo: Escuta, 1991.
- BAPTISTA, Luís Antônio. Tartarugas e Vira-latas em Movimento: políticas da mobilidade na cidade. In: JACQUES, Paola Berenstein (org.); BRITTO, Fabiana Dultra (org.). *Corporidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 42-53.
- BAPTISTA, Luís Antônio (Org.); FERREIRA, Marcelo Santana (Org.). *Por que a cidade?: escritos sobre experiência urbana e subjetividade*. Niterói: Editora da UFF, 2012.
- BAUDELAIRE, Charles. LXXXIX Le cygne. Tableaux parisiens. Les fleurs du mal. In: BAUDELAIRE, Charles. *Oeuvres complètes I*. Paris: Gallimard (Pléiade), 1983, p. 85-87 e 1003-9 (notas), 1.ed. 1975. Originalmente publicado em 1860.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. *Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil*. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.
- BRITTO, Fabiana Dultra (Org.); JACQUES, Paola Berenstein (Org.). *Corporidade: Debates, Ações e Articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- BRITTO, Fabiana Dultra (Org.); JACQUES, Paola Berenstein (Org.). *Cenografias e Corpografias Urbanas: um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade*. Cadernos PPG-AU/UFBA, Salvador, vol. 7, edição especial: Paisagens do Corpo, p. 79-86, 2008.
- DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.. Disponível em: <<https://www.escolanomade.org/2016/02/24/deleuze-o-que-e-um-dispositivo/>>. Acesso em: 07 fev 2022.
- DELL'ACQUA, Peppe. *Buon compleanno Marco Cavallo!* Jornal on-line: Forum Salute Mentale. Disponível em: <<http://www.news-forumsalutementale.it/buon-compleanno-marco-cavallo/>>. Acesso em: fev 2022.
- FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 39 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- FUÃO, Fernando Freitas. Arquitetura e Vazio. Entrevista para Marina Mezzacappa. Julho de 2008. Disponível em: <<https://fernandofuao.blogspot.com/2012/10/arquitetura-e-vazio.html>>. Acesso em: fev de 2022.

JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos Errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012.

ORTEGA, Francisco. *Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000. (Coleção Conexões, 6).

PALOMBINI, Analice de Lima (Org.). *Acompanhamento Terapêutico na Rede Pública: a Clínica em Movimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

PALOMBINI, Analice de Lima. *Vertigens de uma psicanálise a céu aberto: a cidade. Contribuições do acompanhamento terapêutico à clínica na reforma psiquiátrica* (Tese). Doutorado em Saúde Coletiva. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PALOMBINI, Analice de Lima; OLIVEIRA, Rafael Wolski de. *Andanças: artes de habitar uma cidade*. In: BAPTISTA, Luís Antônio (Org.); FERREIRA, Marcelo Santana (Org.). *Por que a cidade?: escritos sobre experiência urbana e subjetividade*. Niterói: Editora da UFF, 2012. p. 83-103.

PECHMAN, Robert Moses. *Quando Hannah Arendt vai à cidade e encontra com Rubem Fonseca, ou da cidade, da violência e da política*. [2005?]. Mimeografado.

PECHMAN, Robert Moses; KUSTER, Eliana. *Também sem a Feli(z)cidade se vive*. In *Corporidade*: JACQUES, Paola Berenstein (Org.); BRITTO, Fabiana Dultra (Org.). *CORPORIDADE: Debates, Ações e Articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 80-105.

ROLNIK, Suely. Clínica nômade. In: EQUIPE de Acompanhantes Terapêuticos do Hospital-Dia A Casa (Org.). *Crise e cidade: acompanhamento terapêutico*. São Paulo: EDUC, 1997, p.83-97.

ROSEN, George. *Madness in Society: Chapters in the Historical Sociology of Mental Illness*. Phoenix edition. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

ROTELLI, Franco. Desinstitucionalização: uma outra via. In: NICÁCIO, Fernanda (Org.). *Desinstitucionalização*. São Paulo: Hucietec, 1990, p. 17-59.

ROTELLI, Franco. A instituição inventada. In: NICÁCIO, Fernanda (Org.) *Desinstitucionalização*. 2 ed. São Paulo: Hucietec, 2001.

ROTELLI, Franco. ROTELLI, Franco. (1994). Superando o manicômio: o circuito psiquiátrico de Trieste. In: AMARANTE, Paulo (Org.). *Psiquiatria social e reforma psiquiátrica*. 2 reimpressão. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002, p.149-169.

SCABIA, Giuliano. *Marco Cavallo: Una esperienza di animazione in un ospedale psichiatrico*. Einaudi, Torino, 1976. Extrato disponível em: <<http://www.triestesalutementale.it/storia/marcocavallo.htm>> Acesso em: fev 2022.

TORTELLI, Sara Enrica. I muri non sono mai semplicemente muri. A volte possono essere storia, altre volte possono essere idee. Giuliano Scabia e il sentiero teatrale per pensare e incontrare diversamente la follia. *Rivista Ricerche di S/Confine*, vol. 2, n. 1, I muri. Parma, 2011. Disponível em <<http://www.ricerchedisconfine.info/II-1/TORTELLI.htm>>. Acesso em: fev 2022.

VIECELI, Ana Paula. *Lugares da Loucura: Arquiteturas da cidade no encontro com a diferença*. Programa de Pós- graduação em Arquitetura (PROPAR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre